



INFRABRASIL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
(“INFRABRASIL” OU “FUNDO”)

12º RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL (ECR)

Agosto de 2012

ÍNDICE

- I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO
- II. SITUAÇÃO DO PROJETO
- III. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS
- IV. PLANOS DE AÇÃO CORRETIVA
- V. INCIDENTES SIGNIFICATIVOS
- VI. COMPROMISSOS NEGATIVOS
- VII. CONCLUSÕES DO PERÍODO

Lista de Anexos

Não há

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO

O presente Relatório tem por objetivo atender a cláusula 6.13 (f) do contrato de empréstimo entre o BID e o InfraBrasil datado de 5 de julho de 2006. Este relatório cobre as atividades do InfraBrasil do ponto de vista de observância socioambiental no período compreendido entre 1º de janeiro até 30 de junho de 2012.

II. SITUAÇÃO DO PROJETO

O Fundo encerrou o 1º semestre de 2012 com um patrimônio líquido de R\$1.167.591.983,44.

Em janeiro de 2012, o Fundo recebeu o pagamento integral das debêntures II e IV da PST Energia Renováveis e Participações S.A. no valor de R\$70.857.874,00

Em fevereiro de 2012, o Fundo repagou R\$110.000.000,00 aos quotistas detentores de quotas sênior.

Em fevereiro de 2012, o Fundo fez um investimento adicional de R\$19.000,000,00 na empresa Haztec Investimentos e Participações S.A.

II.1 Situação Individual do Projeto de Investimento Aprovado no Período

Não houve investimentos aprovados no período.

II.2 Situação Individual dos Projetos de Investimentos Aprovados nos Períodos Anteriores

PROJETO BR VIAS – TRANSBRASILIANA E VIA RONDON

Projeto de concessão da Transbrasiliana e Via Rondon com obras de melhorias, passarelas, ampliação e implementação de sistema de gestão.

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de janeiro até 30 de junho de 2012.

Exigências de EHS

- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;
Status: atividade em andamento.
- Apresentar o status de recuperação de áreas degradadas e passivos levantados;
Status: atividade em andamento.
- Comunicar qualquer solicitação/alteração de exigências adicionais por parte do órgão ambiental (CETESB e IBAMA);
Status: atendido.

- Comunicar qualquer solicitação de novas licenças e/ou ampliação;
Status: atendido.
- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;
Status: atendido.
- Apresentar evidências que comprovem a implantação de sistema de gestão social e ambiental, integrado da Via Rondon;
Status: concluída
- Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto;
Status: atividade em andamento.
- Encaminhar evidências de Regularização do licenciamento dos trechos de concessão para a Via Rondon, processo ainda não finalizado na CETESB;
Status: atividade em andamento.
- Regularização das outorgas para captação de água tanto para Transbrasiliana e Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar evidências tanto para a Transbrasiliana como para a Via Rondon da implementação do Plano de Recuperação dos Passivos Ambientais, recuperação de 20% do passivo por ano;
Status: atividade em andamento.
- Encaminhar evidência da Adoção de rotina de lavagem das ambulâncias em local apropriado na Via Rondon;
Status: atendido.
- Elaboração imediata de um plano de gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde (PGRSS) para a Via Rondon;
Status: atendido.
- Implementar um plano de gerenciamento de resíduos para a Via Rondon;
Status: atendido.
- Implementar um plano de gerenciamento de efluentes para a Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar evidências do mapeamento das áreas de preservação ao longo da rodovia e elaboração de plano de gestão das mesmas, para a Via Rondon;
Status: atendido.

- Encaminhar evidência da implementação da rotina de fiscalização de requisitos contratuais de meio ambiente para a Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar evidências da implementação da rotina de fiscalização de contrato tanto para a Transbrasiliana e Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar evidência do Acordo Coletivo firmado com a entidade sindical, tanto para a Transbrasiliana e Via Rondon;
Status: atendido.
- Apresentar um plano de ação para regularização das demais NR's, tanto para a Transbrasiliana e Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar cópia do RAD da Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar evidência da implementação de um sistema de avaliação socioambiental para a Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar o levantamento dos aspectos ambientais e perigos ocupacionais e implantar medidas de controle para a Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros tanto para a Transbrasiliana e Via Rondon;
Status: atendido.
- Encaminhar o Programa de Comunicação Social da Via Rondon;
Status: atendido.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- Fase de Construção/ ampliação – Apresentar cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais, até o início da operação do empreendimento, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro; **Status:** atividade em andamento.
- Fase de Operação – Apresentar Cópia de Relatório Trimestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

- **Status:** atividade em andamento. Relatórios recebidos.
- Apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.
Status: atividade não iniciada

PROJETO SYKUÉ GERAÇÃO DE ENERGIA

A Usina Termoelétrica Sykué terá uma capacidade de geração de energia elétrica em 2 (duas) unidades de geração de 30MW cada, em regime contínuo. Serão usadas 02 (duas) caldeiras que acionarão as duas turbinas, alimentadas por biomassa acionando os geradores elétricos para cada UTE separadamente, operando em paralelo.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de janeiro até 30 de junho 2012.

Exigências de EHS

Pré-desembolso

A empresa deverá apresentar definição de diretrizes do Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança Ocupacional, plano de trabalho para desenvolvimento e implantação do sistema (contendo recursos financeiros e humanos) e um cronograma detalhado de desenvolvimento e implantação do Sistema;

Status: atendida

Pré-desembolso (segundo desembolso)

Envio do Parecer Técnico do órgão ambiental do Estado da Bahia, o IMA, que subsidiou a emissão da Licença de Implantação (Portaria 10.093 de 24/10/2008), vinculada ao Processo 2007-05978?TEC/LI-0035

Status: atendida.

Pós Desembolso

- Relatório Anual de Conformidade de EHS, contendo o estágio de cumprimento das exigências de EHS estabelecidas no contrato a ser assinado com o InfraBrasil; **Status:** atividade em andamento.
- Apresentar Relatório Anual com o status de implantação do Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança Ocupacional, conforme o cronograma e a definição de diretrizes

apresentados, e também com o acompanhamento da evolução dos planos e programas estabelecidos pela empresa; **Status:** atividade em andamento.

- 1) Programa de Preservação e Monitoramento de Fauna;
- 2) Programa de Uso da Água, Controle de Efluentes e Monitoramento de Águas;
- 3) Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar e Emissões Gasosas;
- 4) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Produtos Perigosos;
- 5) Programa de Monitoramento de Ruído e Conservação Auditiva;
- 6) Programa de Educação Sanitária e Ambiental para Stakeholders;
- 7) Programa de Capacitação Local;
- 8) Plano de Incêndios;
- 9) Gerenciamento de Crise;
- 10) Programa de Monitoramento e Controle de Processo Erosivo e de Contaminação do Solo;

- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais do Plantio; **Status:** atividade em andamento.
- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais das UTEs; **Status:** atividade em andamento.
- Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto e respectivos programas de monitoramento ambiental; **Status:** não houve solicitação.
- Comunicar qualquer solicitação de novas licenças e/ou ampliação de potência para cada projeto; **Status:** não houve solicitação.
- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais; **Status:** atendido.
- Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto. **Status:** atendido

Relatórios de Monitoramento de EHS

- ♦ Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas Ambientais, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos e programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro. Os relatórios devem ser uma apresentação do status de andamento das atividades e deverão ser entregues em fevereiro (contendo informações de julho a dezembro) e em julho (contendo informações de janeiro a junho), os relatórios completos deverão ser entregues em bases anuais ; **Status:**concluída para a primeira usina.

- ♦ Fase de Operação – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição e monitoramento das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação. Os relatórios devem ser uma apresentação do status de andamento das atividades e deverão ser entregues em fevereiro (contendo informações de julho a dezembro) e em julho (contendo informações de janeiro a junho), os relatórios completos deverão ser entregues em bases anuais; **Status:** Atividade em andamento. O órgão ambiental exige relatórios anuais. Recebido o relatório entregue ao INEMA em abril 2012.
- ♦ Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento. **Status:** Os relatórios entregues ao órgão ambiental são entregues em bases anuais. Receberemos o relatório sempre no segundo semestre, relativo as operações do ano anterior.

PROJETO LUMINA JECEABA ENGENHARIA AMBIENTAL

Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil (VSB) contratou a Lumina Jeceaba como prestadora de serviços de utilidades nas áreas de águas e efluente, energia elétrica e de processamento e gestão de resíduos e co-produtos da Usina VSB, instalada em Jeceaba – MG.

A Lumina Jeceaba tem como responsabilidade efetuar o gerenciamento global dos sistemas de água e efluentes, energia elétrica, resíduos e co-produtos, buscando junto com a VSB a redução do consumo e geração de água e efluentes, energia elétrica, resíduos e co-produtos.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de janeiro até 30 de junho 2012.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso

- Submeter a SUPRAM revisão do estudo de autodepuração com os novos parâmetros de projeto adotados, antes da licença de operação. Apresentar evidências desta comunicação;
- Apresentar o status atual do atendimento das condicionantes da Licença Prévia e de Instalação;
- Desenvolvimento do sistema de Gestão da SPE Lumina Jeceaba, que deverá estar alinhado ao sistema da VSB;
- Apresentar evidências relativas à destinação final dos resíduos da fase de construção sob sua responsabilidade;

- Definir cronograma para elaboração do sistema e plano de gestão de Resíduos da Operação e sua destinação final;
- Definir cronograma de elaboração do Plano de Gestão de Riscos – PGR e Plano de Atendimento a Emergências-PAE, que deverá ser integrado ao PGR e PAE da VSB;
- Apresentar documentação explicando o processo de reassentamento, indenização e/ou compra negociados com proprietários e superficiários do local onde a VSB se instalou;

Status: Todas atendidas.

Pós Desembolso

- Definir claramente o papel da VSB e da SPE Lumina Jeceaba na condução e acompanhamento dos resultados de monitoramento na Prevenção de Passivos Ambientais, bem como para a definição de medidas de gestão quando os resultados indicarem contaminações (em especial àquelas que podem ser associadas às futuras atividades da SPE - resíduos, efluentes, subestação de energia). Apresentar evidências que os papéis e responsabilidades relativos a encaminhamento dos resultados de monitoramento e ações conseqüentes;
- **Status:** atividade em andamento. A Foz Jeceaba encaminhou os protocolos de acompanhamento dos resultados de monitoramento na prevenção de passivos ambientais. A Foz é responsável pela implementação do SGI para certificação nas normas ISO 9001, ISO 14001 E OHSAS 18001, previsto para julho de 2012. .
- Apresentar o estágio de cumprimento de todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais aplicáveis à fase, relativas ao escopo do contrato da SPE;
Status: atendido, enviaram protocolos da documentação encaminhada a SUPRAM.As licenças ambientais são da VSB e CODEMIG.
- Comunicar qualquer solicitação/alteração de exigências adicionais por parte do órgão ambiental (SUPRAM), relativo ao escopo do contrato da SPE;
Status: atendido, não houve solicitação/alteração.
- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais, relativo ao escopo do contrato da SPE;
Status: atendido. Licença de Operação emitida em 2/04/2012.
- Apresentar PGRs e PAE da VSB e SPE, apontando como foram integrados;
Status: atividade concluída. A SPE Foz de Jeceaba já elaborou o seu procedimento de resposta e atendimento a emergência, denominado PPCE – Plano de Prevenção e Controle de Emergência, documento PR.232 SGI, publicado 19/07/2012. O procedimento prevê um Programa de Simulados para Emergências, estes são planejados e realizados juntamente com os bombeiros industriais VSB.

- Apresentar evidências que comprovem a implantação de sistema de gestão social e ambiental, integrado ao sistema de gestão da VSB. Definir claramente o papel e responsabilidades da SPE e da VSB e as responsabilidades partilhadas;
Status: atividade em andamento. A Foz Jeceaba publicou em 21/04/2012 o Programa de Educação Ambiental, documentos PR.234. MEA que contem o planejamento de execução da programação de educação ambiental e as responsabilidades partilhadas, com eventos que atendem o público interno e o público externo, em consonância com o escopo do serviço da Foz Jeceaba , com a filosofia do programa Tributo ao Futuro da Fundação Odebrecht e a sua Política de Sustentabilidade. A VSB sempre é comunicada formalmente sobre as ações socioambientais realizadas pela SPE para a devida aprovação e participação.
- Apresentar parecer da SUPRAM relativa ao estudo de autodepuração;
Status: atividade em andamento. Aguardando manifestação da SUPRAM.
- Apresentar evidências da revisão do plano de monitoramento de efluentes para garantir que as situações simuladas sejam verificadas de acordo com os requisitos legais e do IFC;
Status: atividade em andamento. Para cumprir o Plano de Controle Ambiental (PCA) referente ao Programa de Monitoramento de Efluentes Líquidos da VSB, foi protocolada a carta pela VSB a SUPRAM Central N° R124303/2011 em 01/08/2011. Até a database deste relatório foram gerados apenas efluentes sanitários.
- Apresentar durante o monitoramento do empréstimo resultados do monitoramento de efluentes;
Status: atividade em andamento.
- Apresentar evidências da inserção do monitoramento de vazões e uso da água no rio Camapuã no sistema de gestão ambiental da SPE Lumina Jeceaba.
Status: atividade em andamento.
- Apresentar evidências relativas à implantação do plano e sistema de gestão de resíduos, incluindo se possível às instalações de tratamento e disposição final selecionadas pela VSB;
Status: atividade em andamento. Inventário encaminhado
- Apresentar evidências de como a SPE será envolvida no processo de divulgação e consulta do empreendimento nos assuntos que tenham interface com suas atividades;
Status: atividade em andamento. A VSB criou um Fluxo de Comunicação para que a Foz Jeceaba seja informada dos assuntos que tenham interface direta com suas atividades. Estas informações são repassadas pelo Gestor do Contato da Foz. Para medir o nível de satisfação do cliente nas questões relativas ao atendimento, foi criado um formulário “Pesquisa de Satisfação do Cliente”, documento FR.152.O&M, que é encaminhado trimestralmente ao cliente.

- Apresentar evidências de que o mecanismo para recebimento de queixas e reclamações da VSB integra as questões sob responsabilidade da SPE Lumina Jeceaba;
Status: atividade em andamento. Toda a comunicação entre comunidade e ou imprensa será feito pela VSB, de acordo com a cláusula 46.11 do contrato de DBOT. O mecanismo para recebimento de queixas e reclamações de Comunidades vizinhas com relação à VSB fará parte do Fluxo de Comunicação, o qual definirá a participação da SPE Foz de Jeceaba
- Apresentar evidências da implantação dos programas ambientais relativos aos impactos no meio biótico (responsabilidade da CODEMIG);
Status: nesse período a CODEMIG não realizou nenhum programa ambiental referente aos seus impactos.
- Apresentar evidências do fechamento destas condicionantes 10, 11 e 12 da LP do Distrito Industrial, relativas ao Patrimônio Histórico;
Status: concluída.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- Fase de Construção – Apresentar cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais Lumina Jeceaba, até o início da operação do empreendimento, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental relativo ao escopo do contrato da SPE, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;
Status: atividade em andamento
- Fase de Operação – Apresentar evidências do fechamento destas condicionantes, relativa ao escopo do contrato da SPE. Apresentar Cópia de Relatório Trimestrais elaborados pela VSB a serem encaminhados para a SUPRAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação, e relatórios trimestrais a serem elaborados pela SPE contendo dados de monitoramento dos seus sistemas de gestão;
Status: Licença de Operação emitida em 2/04/2012
- Após o primeiro ano de operação, a SPE deverá apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.
Status: Atividade não iniciada

PROJETO USINAS TERMELÉTRICAS (UTES) GLOBAL I E II (297,6 MW)

O projeto compreende 2 usinas termelétricas de 148,8 MW em cada planta, totalizando 297,6 MW, a serem instaladas no via Canal de Tráfego, CIA Norte, município de Candeias, BA.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de janeiro até 30 de junho 2012.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso

- Apresentar cópia completa (incluindo condicionantes) das Licenças de Implantação;

Status: Atendida

- Apresentar documentos comprobatórios relativos aos termos e condições de execução da Compensação Ambiental requisito da Licença de Localização;

Status: De acordo com a portaria 771 de agosto de 2011, a condicionante XIII de Compensação ambiental foi cancelada.

- Apresentar documentos que comprovem que as negociações conduzidas pela SUDIC (Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia), para a desocupação da área e o pacote de compensação:

- Sejam baseados em informações atualizadas sobre os ocupantes e suas características socioeconômicas, e considerem os direitos legais quanto a propriedade e legislação adicional aplicável,
- Tenham incluído consulta as pessoas a serem desajoladas, iniciadas na fase de projeto. Deve ser prevista a continuidade da participação dos afetados até a conclusão do processo,
- Sejam mutuamente acordados antes das intervenções e formalizados em contratos,
- Incluam a compensação pela perda de bens e auxílio para ajudá-las a melhorar ou, pelo menos, restaurar seus padrões de vida ou meios de subsistência. Incluam compensação por perdas ou custos transitórios (por exemplo culturas existentes, custos para mudança, perda temporária de renda e outros) se necessário,ⁱ
- Considerem os impactos ambientais e sociais que eventualmente ocorram em áreas definidas para realocação e incluam medidas de gestão para os mesmos.

Status: Atendida, conforme Relatório de Progresso.

- Apresentar cronograma para licenciamento ambiental da linha de transmissão e documentos que comprovem o andamento do processo;

Status: Atendida. Licença Simplificada emitida em 25/08/2009. De acordo com o Decreto 14032 de 15 de junho de 2012, Art. 150-A, as linhas de transmissão não precisam de licença de operação - *Os projetos de implantação de rodovias, assentamento de reforma agrária, linhas de transmissão ou de distribuição de energia elétrica, todos os empreendimentos urbanísticos, turísticos e de lazer relacionados na Divisão G do Anexo IV deste Regulamento e outras atividades que venham a ser definidas pelo CEPRAM não estão sujeitos à Licença de Operação - LO, devendo ser informado ao órgão ambiental o início de suas operações.*

- Apresentar documento que comprove consulta junto ao INEMA (ex. CRA) solicitando eventuais dados de outras empresas, relativos a monitoramento da qualidade do ar da região que possam ser utilizados como dados de *background*, visando comparar a contribuição específica da UTE simulada através do modelo de dispersão de poluentes à qualidade do ar local. Caso os dados não estejam disponíveis, conduzir medições de dados de qualidade do ar, em especial o NO_x e SO_x, utilizando os dados obtidos para comparação;

Status: Atendida

- Apresentar o plano atualizado para monitoramento da qualidade do ar e das emissões atmosféricas que inclua a frequência e parâmetros de dados de qualidade do ar e emissões a serem amostradas na fonte;

Status: Atendida

- Apresentar cálculo de linha de base das emissões de CO₂ e outros gases de efeito estufa que deverão ser gerados com o funcionamento da planta, e monitorar sua evolução, de acordo com metodologia de inventário (WRI - GHG Protocol). Avaliar medidas de eficiência energética que possam contribuir para a redução das emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa) do empreendimento e considerá-las na avaliação de alternativas técnicas do empreendimento (incluindo transporte de combustível, sistema de resfriamento, outras);

Status: Atividade concluída. As emissões são provenientes da queima de combustíveis fósseis e foram calculadas em 16,2 Gg CO₂ (16.200 toneladas CO₂ / ano). Foram consideradas as emissões de fontes fixas, fontes móveis e emissões fugitivas de CH₄.

Proposta de conteúdo e evolução do Inventário

Abrangência	2011	2012	2013
Abordagem	Controle da operação conforme GHG Protocol		
Metodologia	IPCC		
Conteúdo	Escopo 1 - parcial: Emissões diretas de fontes fixas.	Escopo 1: Emissões diretas de fontes fixas, fontes móveis, emissões fugitivas de CH ₄ .	Escopo 1: Emissões diretas de fontes fixas, fontes móveis, outras fontes (GLP, auxiliares), emissões fugitivas de CH ₄ , emissões fugitivas de SF ₆ . Escopo 2: emissões pela quantidade adquirida da rede, perdas.
Gases	CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O	CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O	CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, SF ₆

Fonte: Estudo realizado pela ECOLOGICA consultoria

- Apresentar complementações ao Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, indicando as estimativas das quantidades de resíduos na fase de instalação e operação, bem como o levantamento dos locais disponíveis para a destinação final, o cronograma e responsabilidades para implementação do plano;

Status: Atendida

- Apresentar documentos relativos a medições de ruído de fundo e estimativas de emissões nos receptores mais próximos, verificando se os requisitos legais aplicáveis e boas práticas poderão ser atendidos. Considerar os resultados das projeções acima na tomada de decisão sobre *lay-out* dos equipamentos e definição dos sistemas de proteção de ruídos. Incluir informações sobre ruído e medidas tomadas no Plano de Comunicação Social (se relevante);

Status: Atendida

- Apresentar estudos/laudos (laudo de solo limpo) para caracterizar se o terreno proposto está livre de contaminação/passivo ambiental para obter dados de *background*;

Status: Atendida

- Apresentar parecer de especialista em Patrimônio Cultural/arqueológico relativo a baixa probabilidade de ocorrência de remanescentes na área, bem como procedimentos para descoberta aleatória caso a probabilidade demonstre ser maior. O procedimento deverá ser aplicado desde a fase de implantação, considerando a área do projeto e área de intervenção para instalação da LT; e

Status: Após contato com diversos profissionais da área arqueológica constatou-se a impossibilidade de obter o referido laudo sem a autorização do IPHAN, a qual demanda cerca de 120 dias para ser obtida. Adicionalmente, foi feita consulta à legislação que rege o licenciamento junto ao IPHAN (Portaria 230/2002), tendo sido verificado que tal obrigatoriedade somente é aplicável a empreendimentos sujeitos a EIA/RIMA, o que foi confirmado através de consulta feita junto ao Instituto em Brasília/DF. Isto posto e considerando que o empreendimento foi licenciado mediante elaboração de RAS - Relatório Ambiental Simplificado.

- Apresentar medidas de gestão propostas para segurança e saúde, considerando trabalhadores de empreiteiras e seus subcontratados e inclusive a comunidade, na fase de construção.

Status: A obrigatoriedade de cumprimento dos requisitos de Segurança e Saúde Ocupacional por parte de empreiteiros e subcontratados está estabelecida em cláusula contratual específica. Todas as empresas contratadas apresentaram seu PPRA e seu PCMSO.

Pós Desembolso

- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais aplicáveis à essa fase;

Status: Atendida.

- Comunicar qualquer solicitação/alteração de exigências adicionais por parte do órgão ambiental (IMA);

Status: Atendida.

- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

- Apresentar documentos que comprovem o desenvolvimento de um sistema de gestão para integrar os impactos socioambientais e respectivas medidas de gestão do empreendimento em programas de gestão, incluindo a Linha de Transmissão. O sistema de gestão deve incluir todas as instalações e atividades (planta, transporte, LT) e compreender políticas (ambiental, recursos humanos, impactos sociais, etc.), principais impactos e riscos, programas de gestão, estrutura de responsabilidades e treinamento, engajamento das partes interessadas, monitoramento e relatórios (acompanhamento da alta administração e externos);

Status: Atendida.

- Apresentar documentos que indiquem o andamento da implementação do Plano de Comunicação Social, incluindo a divulgação e implementação do mecanismo para queixas e reclamações (SAC no Plano de Comunicação revisado) e consulta a superficiários potencialmente afetados pela faixa de servidão da linha de transmissão, antes do início das obras;

Status: Atendida.

- Apresentar documentos que comprovem implementação do plano para controle de emissões na fonte considerando os sistemas de controle ou operacionais propostos (ver exigência pré desembolso);

Status: Atendida

- Definir os sistemas de controle ou operacionais que garantam o controle das emissões de NO₂ e SO₂ (legislação aplicável prevê que o padrão horário pode ser ultrapassado uma vez por ano), onde aplicável;

Status: Atendida.

- Apresentar documentos que comprovem cláusulas nos contratos com empreiteiras das cláusulas relativas ao gerenciamento de resíduos na fase de construção, de acordo com o PGRS;

Status: Atendida

- Revisar avaliações de impactos se novas alternativas para o transporte de combustíveis ou sistemas de resfriamento forem incorporadas ao projeto;

Status: Atendida

- Apresentar definição de logística de transporte de combustíveis e preparar plano de resposta a emergências e outras medidas de gestão de risco de forma compatível. O plano deve incluir medidas para atender riscos não que podem eventualmente afetar a comunidade, tais como abaloamento/atropelamento, contaminação dos corpos d'água. Apresentar documentos que indiquem a integração do(s) plano(s) de resposta (s) a

emergência(s), a outros planos/ ações já existentes na região que possam ter interface (PAM – Planos de Auxílio Mutuo, outras). Desenvolver estratégia de comunicação de riscos para a comunidade de forma articulada a outras iniciativas de engajamento da comunidade para a preparação de emergências existentes; e

Status: Atendida.

- Apresentar cronograma para implementação do projeto de recuperação de áreas degradadas, bem como as formas de acompanhamento da implementação do programa de recuperação até a averbação da área como reserva legal (considerando a participação da SUDIC e INEMA).

Status: Atendida.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- ♦ Fase de Construção – Apresentar cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais das UTEs Global I e II, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida, conforme Relatório de Progresso.

- ♦ Fase de Operação – Apresentar Cópia de Relatório Trimestrais a serem encaminhados para o INEMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

Status: Atendida. O INEMA exige relatórios semestrais e anuais da empresa. Nos foi encaminhado o atendimento das condicionantes apresentado ao órgão ambiental.

- ♦ Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atendida.

PROJETO REDE COLETORA, SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS E DISPOSIÇÃO SUBMARINA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

O projeto de saneamento da região urbana do Município de Rio das Ostras consiste da construção de rede coletora, estações elevatórias, estação de tratamento, emissário terrestre, emissário submarino e tubulação difusora. O sistema de esgotamento sanitário está sendo implantado em duas etapas, sendo o período inicial de 2002 a 2012, e o período final de 2012 a 2022, prevendo o atendimento de uma população total de 205.983 mil habitantes.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de janeiro até 30 de junho 2012.

Pré Desembolso

Manifestação da Companhia de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE sobre a necessidade de concessão de outorga para uso da água para fins de saneamento ambiental;

Status: Atendida.

Apresentar Relatório contendo status do cumprimento das Condicionantes da Licença de Instalação com correspondentes custos, responsabilidade e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Pós Desembolso

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças de Instalação e Operação;

Status: Atendida.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

Manter a FEEMA permanentemente atualizada com informações sobre a evolução dos programas ambientais;

Status: Atendida.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação do Plano de Compensação e Gestão Ambiental e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Fase de Operação – Cópia de Relatórios Trimestrais a serem encaminhados para a FEEMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas na Licença de Operação;

Status: Atendida.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atendida.

PROJETO USINAS TERMELÉTRICAS A BAGAÇO DE CANA-DE-AÇÚCAR - UTEs SUD MENNUCCI (64 MW) E ILHA SOLTEIRA (50 MW)

Os projetos de responsabilidade da Usina Pioneiros consiste da expansão do grupo em dois projetos: (i) aumento da capacidade de geração de energia da unidade Sud Mennucci e, (ii) aumento da capacidade de geração de energia da unidade Ilha Solteira.

O investimento proposto pelo InfraBrasil está majoritariamente relacionado à geração e comercialização de energia das unidades industriais da Pioneiros. Em função das peculiaridades do setor sucroalcooleiro, vários aspectos considerados na aprovação do projeto estão relacionados à atividade agroindustrial das Usinas.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de janeiro até 30 de junho 2012.

Pré Desembolso

Apresentar manifestação favorável do órgão ambiental sobre a transferência de razão social (Bioeletricidade S.A.), responsabilidades e passivos socioambientais das UTEs de Sud Mennucci e Ilha Solteira a serem segregados dos processos de licenciamento ambiental hoje em nome da Destilaria Pioneiros S.A. e Pioneiros Bioenergia S.A.;

Status: Atendida.

Apresentar status do Projeto de Restauração Florestal das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e das áreas de Reserva Legal (RL) das áreas próprias e arrendadas para o plantio de cana-de-açúcar previstos na licença Prévia da Pioneiros Bioenergia S.A.

Status: A restauração da APP da área de Sud Mennucci, está sendo restaurada.

Em relação à APP da área de Ilha Solteira, já foi concluído o plantio total da área conforme relatório técnico de reflorestamento protocolado na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo- CETESB.

Para averbar a reserva legal das áreas próprias (área industrial e UTEs), foi comprado uma mata virgem, e firmado na CETESB- Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, um Termo de Compromisso de Instituição de Recomposição ou de Compensação da Reserva Legal – TCIRC, após vencimento do TCIRC entramos na CETESB com pedido de averbação da reserva legal.

Para as áreas de Terceiros, a Pioneiros faz contratos de Parceria Agrícola com proprietários de terras, não contemplando as áreas de APP (Área de Preservação Permanente), ou seja, contratando apenas a área útil para o cultivo de cana-de-açúcar. Também são excluídos dessas áreas de contratos os fragmentos de matas e maciços vegetais presentes na propriedade.

No entanto, muitas áreas de APP, fragmentos e maciços vegetais ficam circundadas por áreas cultivadas com cana-de-açúcar. A Pioneiros tem o compromisso de não cultivá-las, além de ajudar a protegê-las evitando seu uso indevido, risco de incêndio, ou qualquer intervenção que possa causar danos ao Meio Ambiente.

Pós Desembolso

Relatório Anual de Conformidade de EHS, contendo o estágio de cumprimento das exigências de EHS estabelecidas no contrato a ser assinado com o InfraBrasil;

Status: Atendida.

Apresentar Relatório Anual de acompanhamento da evolução das atividades associadas aos empreendimentos, com identificação das Áreas de Preservação Permanente (APPs, as Averbações de Reserva Legal, a expansão canavieira, os fragmentos e/ou maciços vegetais;

Status: Identificação das APPs e maciços vegetais já foram levantados nos mapas das propriedades, e planilha de plantio segue a mesma enviada no relatório passado. Para averbar a Reserva Legal das áreas próprias (área industrial), já foi realizado processo de averbação da Reserva Legal na CETESB de Jales S.P.

Apresentar Relatório Anual de evolução do Plano de Eliminação de Queimadas (P.E.Q);

Status: Atividade iniciada. De acordo com a Lei Estadual 11.241/02 e com o Protocolo Agroambiental aderido pela Pioneiros Bioenergia S/A , o percentual mínimo no ano de 2011 de colheita de cana sem Queima foi de 70 %, portanto, foi atendido a legislação vigente e o Programa de Eliminação de Queima- PEQ da Secretaria do Meio Ambiente.

Implementar um sistema de gestão baseado na norma SA 8000;

Status: entregue relatório do sistema implementado na empresa.

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida em desenvolvimento.

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais das UTEs;

Status: Atendida.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto e respectivos programas de monitoramento ambiental;

Status: Não houve solicitação no período.

Comunicar qualquer solicitação de novas licenças e/ou ampliação de potência para cada projeto;

Status: A Pioneiros Termoeletrica Ilha Solteira S/A tem capacidade de cogeração de energia elétrica com uma capacidade total de 35 MW, a empresa possui Certificado de Dispensa de Licença para geração de 32 MW, e após processo de licenciamento na CETESB, foi emitida licença de Operação à título precário.

Para completar a potência instalada, a empresa entrou com licenciamento de 3MW para completar a capacidade total de cogeração dos 35 MW, conseguiram na CETESB, Licença Prévia e Licença de Instalação, após processo de licenciamento na CETESB, foi emitida licença de Operação à título precário.

Ambas as licenças à título precário estão com prazo de validade vencidas, pois licenças à título precário tem vencimento de 12 meses.

Após início de operação da empresa em abril de 2012, a CETESB realizará vistoria para liberação das licenças oficiais.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto.

Status: Atendida.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção das UTEs – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas Ambientais, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atividade em andamento

Fase de Operação das UTEs – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

Status: Atendida. Atividade iniciada pela Sud Mennucci.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade iniciada pela Sud Mennucci.

PROJETO PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs) DA ILHA (26MW) E JARARACA (28MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de janeiro até 30 de junho 2012.

Exigências de EHS

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. Todas as exigências da LI foram atendidas, o que possibilitou a emissão das Licenças de Operação. Da mesma forma todas as condicionantes da LO estão sendo atendidas de acordo com prazos estabelecidos. A renovação da LO foi solicitada no prazo e para que esta seja emitida o órgão ambiental realizou uma vistoria às PCHs Jararaca e Da Ilha no mês de junho de 2012. O parecer desta vistoria bem como a nova LO ainda não foram emitidos.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante do PBA ou das Licenças de Instalação;

Status: Ao longo das obras houve apenas a solicitação de incluir, no PBA, o Programa de Monitoramento de Macrófitas. Este está sendo desenvolvido durante a fase de operação. Neste programa são executadas vistorias periódicas nas áreas de alague e nas áreas identificadas como potenciais contaminantes, ou seja, em açudes e arroios que estão na área de influência indireta das PCHs. Até o presente momento não foram observadas manchas significativas de macrófitas, e as poucas encontradas foram retiradas conforme procedimento estabelecido no PBA.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais.

Status: Atendida. Documentação constante dos Relatórios Semestrais.

Manter o site da HT Hidrotérmica permanentemente atualizado com informações sobre a evolução dos programas ambientais e resultado das reuniões públicas;

Status: Atendida. O site da Hidrotérmica é atualizado frequentemente, contendo, inclusive, informações sobre o andamento das obras, de novos empreendimentos e dos programas ambientais. Além disso, está sendo finalizado o Banco de Dados dos programas ambientais das PCHs Jararaca, da Ilha e outras da Bacia Taquari-Antas. Esse instrumento de divulgação está sendo elaborado pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e estará disponível para o órgão ambiental e para o público na internet..

Apresentar em um prazo de 180 dias os custos dos mecanismos de transposição para peixes ou a declaração favorável da FEPAM sobre a não necessidade de instalação desses mecanismos;

Status: Parcialmente atendida. Foi apresentada ao órgão ambiental estadual (FEPAM) uma justificativa para a não execução de um dispositivo de transposição. Esta se baseia principalmente no fato de que as usinas que existem à jusante deste rio, já após a confluência com o rio das Antas, não possuem mecanismos, o que interrompe a possível rota migratória de espécies reúfílicas. Existem outros argumentos sobre a inexistência destas espécies na região que também foram expostas ao órgão ambiental. Este por sua vez ainda não se manifestou diante do que foi apresentado. Após o início da operação foram realizados monitoramentos de ictiofauna conforme previsto no PBA. No momento esse programa está encerrado.

A Vêneto Energética S.A. e a Da Ilha Energética S.A. permanecem no aguardo do posicionamento da FEPAM. Até o presente momento não há determinação quanto à necessidade de execução de um dispositivo de transposição.

Apresentar em um prazo de 180 dias os custos adicionais de aquisição de terras para ampliação da Área de Preservação Permanente ou declaração favorável da FEPAM sobre a não necessidade dessa extensão;

Status: Atendida.

Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com a FEPAM, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Parcialmente atendida. Os termos e condições de execução deste programa ainda não foram definidos. O empreendedor aguarda a conclusão do “Estudo para a Criação e Implantação de Unidades de Conservação na Bacia do Rio Taquari-Antas” conforme deliberação da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA. Assim sendo, o empreendedor não possui responsabilidades em relação ao atraso da aplicação destes recursos.

A Vêneto Energética S.A. e a Da Ilha Energética S.A. permanecem no aguardo do posicionamento da FEPAM. Até o presente momento, não há determinação quanto à conclusão do Estudo referido.

Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação das PCHs, conforme previsto na Licença de Instalação;

Status: Atendida. Conforme acordado em reunião com o órgão ambiental e ratificado pelo Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (PACUERA) as Áreas de Preservação Permanentes das PCHs Jararaca e da Ilha serão de largura variável. O plantio de mudas de árvores nativas nas áreas foi concluído.

Contratar um profissional de saúde, segurança e meio ambiente para os canteiros de obras, que responda para o gerente de meio ambiente da HT Hidrotérmica;

Status: Atendida. Atividade encerrada.

Desenvolver e implementar um sistema de gestão ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Atendida. O Sistema de Gestão Ambiental está em constante aperfeiçoamento. Está sendo dada continuidade aos seguintes programas ambientais: Comunicação Social, Apoio aos Municípios, Disciplinamento do Uso do Reservatório e Entorno, Recuperação de Áreas Degradadas, Monitoramento Hidrossedimentológico, Controle da Erosão, Monitoramento de Águas Subterrâneas, Monitoramento da Qualidade de Água Superficial, Monitoramento Climatológico, Revegetação do Entorno do Reservatório, Monitoramento de Macrófitas – conforme cronogramas do PBA.

Além destes está sendo instalado um Centro de Atendimento aos Visitantes onde, além de entender o funcionamento das hidrelétricas, os visitantes poderão participar de atividades de educação ambiental. Junto a este será implantado uma área de lazer para integrar educação e lazer.

O Técnico em Meio Ambiente Fabio Lovat é responsável pela supervisão ambiental das PCHs e responde à Coordenadora de Meio Ambiente das PCHs do Rio da Prata e à Gerente de Meio Ambiente da Hidrotérmica. Da forma como está estruturado, o sistema de gestão ambiental atende a todas as exigências do órgão ambiental constantes na Licença de Operação.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental das PCHs Da Ilha e Jararaca, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais a serem encaminhados para a FEPAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação;

Status: Atendida. Os relatórios estão sendo entregues de acordo com as exigências da FEPAM. A partir do início do ano de 2010 esses passaram a ser semestrais. .

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento;

Status: Atividade em andamento.

PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH PIEDADE (16 MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de janeiro até 30 de junho 2012.

.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso – Tranche A (debêntures)

Apresentar a nova Licença Prévia aprovada pelo COPAM/FEAM e respectivas condicionantes;

Status: Atendida.

Apresentar cronograma físico-financeiro dos programas socioambientais para a nova configuração da PCH, incluindo Programa de Compensação e Aquisição de Terras e Benfeitorias e Área de Preservação Permanente;

Status: Atendida.

Pré-Desembolso – Tranche B (debêntures)

Apresentar a nova Licença de Instalação e Projeto de Controle Ambiental – PCA revisado e Relatório de Atividades com status do cumprimento das condicionantes previstas na Licença de Instalação nº 124 e das Exigências de EHS;

Status: Atendida.

Manifestação do IGAM-Instituto Mineiro de Gestão das Águas sobre a necessidade de concessão de outorga para uso da água para fins de geração de energia;

Status: Atendida.

Pós-Desembolsos Tranche A e B

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Todas as exigências da Licença de Instalação foram atendidas. A Usina está operando.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das novas Licenças Prévia e de Instalação (a serem emitidas);

Status: Atendida.

Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com a Câmara de Proteção à Biodiversidade (CPB), antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Atividade concluída. Foram pagos em 4 parcelas de R\$ 92.331,73, totalizando R\$ 369.326,88, de acordo com o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental n.º 2101010500308.

Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação das PCHs;

Status: Atendida, 100% da área de APP (que foi adquirida pelo empreendedor) foi cercada e feito plantio de mudas para florestamento.

Executar no escopo do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas as áreas afetadas pelas obras do antigo canal de adução.

Status: Atividade concluída.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Atividade do PCA -Projeto de Controle Ambiental da PCH Piedade, até o início da operação do empreendimento, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais de Atividades a serem encaminhados para a FEAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas na Licença de Operação;

Status: Atividade iniciada - Licença de Operação Corretiva de 16MW para 21,7 MV foi emitida em 09/04/2010. LOC no. 054, válida até 09/04/2014. Atividade em execução. Recebido o 6º Relatório encaminhado para o órgão ambiental.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade em andamento.

PROJETO PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs) SERRA DA PRATA (41,8 MW)

O projeto Serra da Prata é de responsabilidade da ESPRA – Energética Serra da Prata de propriedade da empresa Enerbras Centrais Elétricas Ltda. e consiste da construção de um complexo formado por três pequenas centrais hidrelétricas denominadas Colino 1, Colino 2 e Cachoeira da Lixa, a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos dos rios Colino e

Jucuruçu do Sul, localizados na região de São João do Prata, envolvendo os municípios de Jucuruçu, Vereda e Itamarajú no Estado da Bahia.

As Pequenas Centrais Hidrelétricas que compreende a ESPRA constam na fase de Operação outorgada através dos seguintes processos pelo Órgão Ambiental Estadual:

PCH	POTÊNCIA MW	TIPO DE PROCESSO	PROCESSO	PORTARIA	PUBLICAÇÃO	VALIDADE
CACHOEIRA DA LIXA	14,8	LO	2007-006748/TEC/LO-0142	9.074	01/02/2008	01/02/2012
		RLO	2011-01715/TEC/RLO-0043	-	-	-
COLINO I	11	LO	2007-006742/TEC/LO-0141	9.729	24/07/2008	24/07/2013
COLINO II	16	LO	2207-006752/TEC/LO-0143	9.385	01/05/2008	01/05/2013

Nota: LO – Licença de Operação; RLO – Renovação Licença de Operação

1.0 Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de janeiro até 30 de junho 2012.

1.1 Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. As exigências estão sendo atendidas dentro prazos estipulado nas Licenças Ambientais das PCH's. No período solicitado foi cumprido o seguinte condicionante:

1.2 Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças de Implantação;

Status: Atendida. Não houve solicitação de revisão de qualquer exigência na fase de implantação a qual foi concluída em 2008. Atualmente as PCHs encontram em fase de operação e não houve a necessidade de solicitação de revisão.

1.3 Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida. No pedido referenciado foram encaminhados ao Órgão Estadual Ambiental o cumprimento dos condicionantes, conforme citado no item 1.1. Além, também, de ter sido protocolado o pedido de Renovação da Licença de Operação (RLO) da PCH Cachoeira da Lixa, em 27/09/2011, conforme protocolo em anexo. Embora a validade da Licença de Operação desta PCH tenha tido o seu prazo de vigência expirado, sinalizamos que a mesma continua válida. Pois, de acordo com o Decreto 11.235/08, que institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, é citado no art. 181, item VI, § 2º, que “as Licenças ficarão automaticamente prorrogadas até a manifestação do IMA, desde que sejam requeridas com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade”. Neste caso, informamos que a Renovação da Licença de Operação (RLO) da PCH Cachoeira da Lixa foi solicitada antes dos 120 (cento e vinte) dias de expiração da sua vigência.

1.4 Manter o INEMA permanentemente atualizado com informações sobre a evolução dos programas ambientais;

Status: Atendida. As informações são encaminhadas ao INEMA conforme prazo e exigência estabelecido pela Licença Ambiental, e neste período foram encaminhado a evolução dos programas ambientais.

1.5 Apresentar em um prazo de 90 dias o Relatório “Condicionantes da Licença de Implantação” com correspondentes custos e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

1.6 Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com o INEMA, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Atividade em desenvolvimento. Estabelece o Regulamento da Lei Estadual de Meio Ambiente da Bahia (aprovado pelo Decreto 11.235/08) que estão sujeitos ao pagamento da Compensação Ambiental os empreendimentos sujeitos à elaboração de EIA/RIMA, como dispõe o art. 213, abaixo transcrito:

Art. 213 - Nos casos de licenciamento de empreendimentos e atividades de significativo impacto ambiente, com fundamento no EIA e respectivo RIMA, será exigida do empreendedor a Compensação Ambiental que compreende a obrigação de apoiar a implantação e a manutenção de unidades de conservação.

Desta forma, os termos e condições de execução dos programas de Compensação Ambiental estabelecidos na Lei do SNUC deverão ser definidos pela Câmara de Compensação Ambiental, cabendo ao empreendedor a formulação e apresentação de propostas e sugestões. No estado da Bahia a Câmara de Compensação Ambiental é formada de acordo com o estabelecido no art. 216 do Regulamento da Lei Ambiental, transcrito a seguir:

Art. 216 - A Câmara de Compensação Ambiental será presidida pelo Secretário do Meio Ambiente e composta por titulares e suplentes das seguintes representações:

I - Superintendência de Políticas para a Sustentabilidade/SEMA;

II - Superintendência de Políticas Florestais, Conservação e Biodiversidade/SEMA;

III – Coordenação Especial de Integração das Políticas Ambientais/SEMA;

IV - Instituto do Meio Ambiente (IMA);

V - Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ);

VI - Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM);

VII – Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH).

Parágrafo único - Os representantes, titular e suplente do CEPRAM e do CONERH, para compor a Câmara de Compensação, serão escolhidos entre os seus pares e não poderão pertencer ao setor governamental representado naquele colegiado.

No caso específico do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, tendo em vista a inexistência de definição por parte da Câmara de Compensação Ambiental quanto à destinação e montante dos recursos, o órgão licenciador estabeleceu, como condicionante da Licença de Operação, que “Aplicar o percentual do valor total de investimento do empreendimento, conforme previsto na

Lei 9.985/05 e a partir de definição a ser estabelecida pela Câmara de Compensação Ambiental SEMARH/CRA/CEPRAM.”

1.7 Desenvolver e implementar um sistema de gestão ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Em andamento. O cronograma de 2011 foi cumprido integralmente, definindo-se um novo planejamento para 2012, que visa implantar o Sistema de Gestão Integrado da Qualidade Ambiental /SGI-QA, atividade que permitirá futura certificação nas normas NBR ISO 9001:2008; NBR ISO 14001:200, incluindo-se a OSHAS 18.001.

2.0 Relatórios de Monitoramento de EHS

2.1 Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

2.2 Fase de Operação – Cópia de Relatórios Trimestrais a serem encaminhados para o INEMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação;

Status: Atendida.

2.3 Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atendida.

PROJETO DE EXPANSÃO DA HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

O projeto consiste do investimento para desenvolver o Plano de Negócios da para o Período 2007 – 2009, visando o início um novo ciclo de desenvolvimento da empresa através de crescimento orgânico e por aquisições.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de janeiro até 30 de junho de 2012.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso

Apresentar os Planos de Ação atualizados contendo escopo de trabalho de Due Diligence ambiental;

Status: Atendida.

Previsão de implementação de um sistema de gestão baseado na norma SA 8000, além das certificações já previstas (ISO 14001 e OSHAS 1800);

Status: Atendida. Atividade em fase de execução. No 1º semestre de 2012, foram feitas ações para a manutenção do Sistema de Gestão da Haztec foram voltadas para as seguintes unidades:

1. Matriz - ISO 9.001, ISO 14.001 e OHSAS 18.001
2. Unidade Ambiental (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) - ISO 9.001
3. Águas e Efluentes (Fafen, Vicunha e GPC Química) - ISO 9.001, ISO 14.001 e OHSAS 18.001
4. Águas e Efluentes (SAEE e BASF) - ISO 9.001
5. Unidade de Equipamentos e Sistemas (Escritório SP e Fábrica) - ISO 9.001
6. Incinerador Belford Roxo - ISO 9.001, ISO 14.001 e OHSAS 18.001
7. CTR Nova Iguaçu - ISO 9.001 e ISO 14001
8. ETE Santa Cruz - ISO 9.001

No primeiro semestre de 2012 não foram realizadas auditorias externas. A auditoria está prevista para Julho de 2012.

Durante o primeiro semestre do ano de 2012, os procedimentos de Qualidade e Gestão, Saúde, Meio Ambiente e Segurança passaram por revisões, conforme identificada a necessidade.

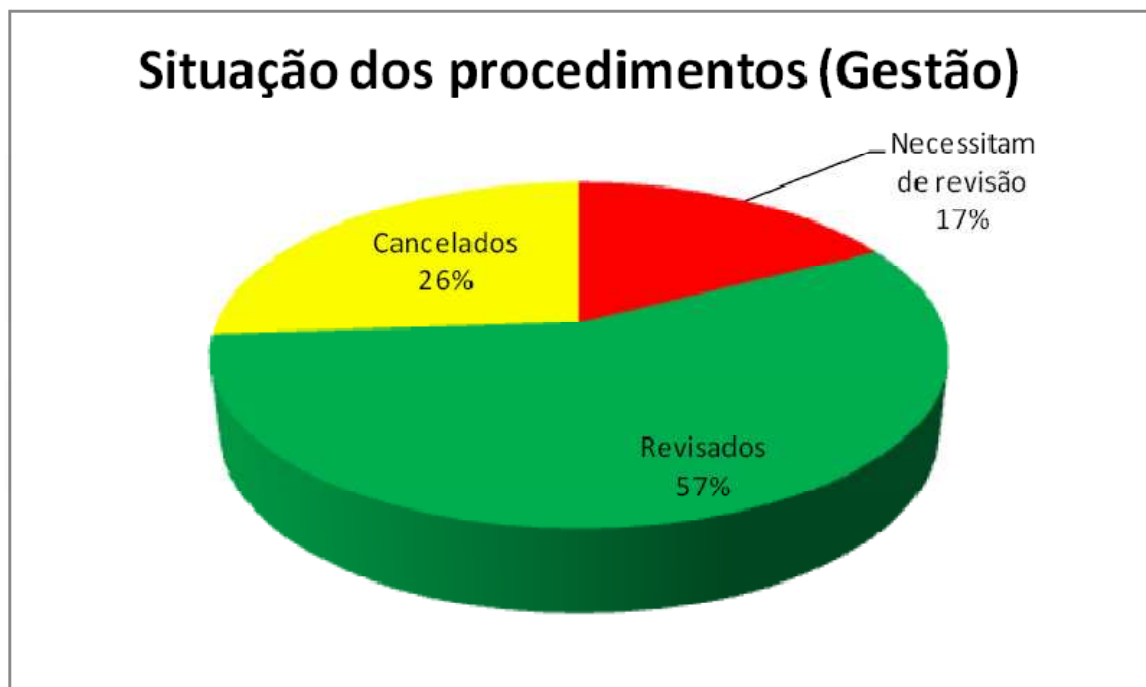


Gráfico 01: Monitoramento dos procedimentos do SGI

Um total de 57% dos procedimentos com foco em Qualidade e Gestão revisados mostrando que o ciclo do PDCA vem sendo colocado em prática na Haztec. Além disso, 80% dos procedimentos

de SMS foram revisados no primeiro semestre de 2012 buscando a melhoria contínua do sistema de gestão quanto às questões de SSO.

Executar Due Diligence ambiental em todas as empresas previstas no Plano de Aquisição e Integração a apresentar Relatório consolidado para cada empresa;

Status: Atendida.

Pós-Desembolsos

Aperfeiçoar o sistema de contratação de seguro ambiental para os serviços associados às Linhas de Negócio LNs III, IV, V;

Status: Atendida.

Compartilhar com os órgãos ambientais envolvidos novas tecnologias e boas práticas relativas aos serviços propostos,

Status: Atividade em desenvolvimento. Abaixo seguem alguns exemplos dessas atividades

- Reuniões entre os técnicos do órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro e equipe técnica da Haztec no primeiro semestre de 2012 com objetivos diversos, tais como: licenciamento de uma central de tratamento de resíduos industriais, a qual apresenta algumas tecnologias inovadoras, obter o aceite para reuso do efluente tratado para atividades operacionais de irrigação, umidificação de vias e lavagem de peças e equipamentos além do início de um estudo para possivelmente revisar os padrões de lançamento de efluentes tratados.
- Participação como membro da Câmara Ambiental de Comercio de Combustíveis da CETESB, além da participação em Comissões de Estudo na FEAM (MG) e na FEPAM (RS).
- Início da operação das Centrais de Tratamento de Resíduos em Barra Mansa e São Gonçalo.
- Participação no Seminário de resíduos Portuários organizado pela Coppe - Fundação COPPETEC onde a Haztec apresentou suas tecnologias relacionadas a soluções ambientais. O seminário foi apresentado em Maio de 2012.

Promover o uso da tecnologia/metodologia mais adequada para o desenvolvimento de cada Linha de Negócio;

Status: Atividade em desenvolvimento. Algumas ações para promover o uso de metodologia mais adequada à linha de negócio foram iniciadas e continuam nesta fase de implantação ou adequação às necessidades do mercado.

Atualmente encontra-se em fase de desenvolvimento na empresa estudos de EVTE sobre uma tecnologia para a geração de energia a partir do tratamento de resíduos sólidos, em associação com a empresa Belga Waterleau. A técnica está baseada na queima de resíduos pelo processo de incineração, com consequente geração de energia elétrica e térmica (vapor, água gelada, frio a - 27° C, para indústrias químicas e outros tipos de indústrias, além das municipalidades.

Relativamente às tecnologias mais adequadas, a Haztec vem fazendo parcerias com empresas estrangeiras no sentido de estar atualizada ao mercado e aos objetivos das suas diversas linhas de negócio.

Além disso, a Haztec também desenvolveu e mantém acordo tecnológico com o Battelle Memorial Institute de Ohio, USA para desenvolvimento e uso de metodologias de capping e encapsulamento de resíduos industriais perigosos, seja em leitos de rios e lagos, como na contenção e transformação de resíduos industriais perigosos – classe I em resíduos não perigosos e não inertes – classe IIA e IIB.

Adicionalmente, a Haztec mantém acordos tecnológicos e de suporte técnico com a SRS Crisafulli – EUA, com a Smith & Loveless – EUA, com a Waterlink – Suécia, com a Gummi-Jäger - Artemis – Germany e outras mais.

Cumprir e fazer cumprir com todas as exigências previstas na legislação ambiental e trabalhista;
Status: Atendida.

Auxiliar as empresas subcontratadas no total cumprimento da legislação ambiental e trabalhista;
Status: Atendida.

Comunicar qualquer tipo contingência, multa, acidente, ação civil ou criminal envolvendo a Haztec e seus fornecedores;

Status: No período de janeiro a junho, o Departamento Jurídico da Haztec esteve atuando em alguns registros:

Foram propostas ações de natureza trabalhista contra a Haztec ;

Poucas Ações Cíveis;

Na esfera Criminal - nenhum inquérito ou ação judicial;

Multas de Autos de Infração relativos ao DRT e Infrações de Trânsito;

O InfraBrasil deverá monitorar o sistema de gestão ambiental da Haztec, por meio de visitas, revisão da documentação e contratar consultoria independente nas atividades de supervisão e monitoramento do Projeto, se necessário.

Status: Atividade em desenvolvimento.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Aquisição – Relatório quadrimestrais de Atividades, contendo a descrição das atividades desenvolvidas pela Haztec e definidas no Plano de Ação;

Status: Atendida.

Fase de Pós Aquisição – Após o primeiro ano de consolidação do Plano de Negócio, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade em desenvolvimento.

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - PCHS – PROJETO RENOVA

O projeto Renova Energia consiste no desenvolvimento e construção de 40 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), distribuídas em 7 estados brasileiros a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos de diversos cursos d'água, envolvendo 6 PCHs no Estado da Bahia, 3 em

Minas Gerais, 1 no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 1 no Paraná, 16 no Tocantins e 2 em Goiás, totalizando uma potência de 197 MW. Além desses projetos estão sendo inventariados outros aproveitamentos nos Estados do Tocantins, Maranhão, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Minas Gerais, com potencial de geração de 622,8 MW.

Constam listados abaixo os projetos que já possuem processos ambientais em tramitação junto ao Órgão Ambiental Estadual:

BAHIA							
Órgão Licenciador: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos							
PCH	RIO	MUNICÍPIO	POTENCIA MW	PROCESSO	PORTARIA	PUBLICAÇÃO	VALIDADE
JURACITABA	ITANHÉM	MEDEIROS NETO	7	2008-002463/TEC/LL-0041	3945	07/05/2009	07/05/2014
SANTA CLARA JUSANTE	JUCURUÇO DO SUL	VEREDA	6	2007-004056/TEC/LL-0040	3947	23/07/2009	27/007/2014
CACHOEIRA GRANDE	PRETO	FORMOSA DO RIO PRETO	3,3	2008-013807/TEC/LL-0110	-	-	-
VEREDA	PRETO	FORMOSA DO RIO PRETO	3,2	2008-013808/TEC/LL-0111	-	-	-
PEDRAS	ONDAS	BARREIRAS	7,3	2008-019185/TEC/LL-0956	-	-	-
MASCOTE	PARDO	MASCOTE	29	2008-002460/TEC/LL-0038	-	-	-

TOCANTINS						
Órgão Licenciador: Instituto Natureza do Tocantins - NATURANTINS						
PCH	RIO	MUNICÍPIO	POTENCIA MW	PROCESSO LP	PUBLICAÇÃO	VALIDADE
SÃO SILVESTRE	BALSAS	TOCANTINS	28,2	3.391/2009	16/12/2010	16/12/2013
SANTA TEREZA	BALSAS		28			
CARACOL	BALSAS		29,5			
D'ANTA	BALSAS		29,3			
ZACARIAS	BALSAS		18,7			
FOZ DA GAMELEIRA	BALSAS		15			
SAMARON	BALSAS		17,2			
GROTÃO	BALSAS		15			
FOZ DO BREJÃO	PONTE ALTA		9,3			
GAMELEIRA	GAMELEIRA		8,9			
CARA	CARACOL		4,1			
CARLITA	PEDRAS		4,5			

Minas Gerais						
Órgão Licenciador: Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM						
PCH	RIO	MUNICÍPIO	POTÊNCIA MW	PROCESSO LP/LI	PUBLICAÇÃO LP/LI	VALIDADE LP/LI
FIGUEIRINHA II	CORRENTE GRANDE	GUANHÃES E VIRGINÓPOLIS	8,0	006/2006	26/07/2010	23/07/2014

B3	SÃO JOÃO	PASSOS/JACUÍ/FORTALEZA DE MINAS	9,3	096/2010	02/08/2010	02/08/2014
----	----------	---------------------------------	-----	----------	------------	------------

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento de janeiro até 30 de junho 2012.

1.0 Pré Desembolso

1.1 Apresentar o escopo do Sistema de Gestão Ambiental para a Renova Energia S.A., contendo cronograma de implantação, ações, custos e responsabilidades;

Status: Em andamento. O cronograma de 2011 foi cumprido integralmente, definindo-se um novo planejamento para 2012, que visa implantar o Sistema de Gestão Integrado da Qualidade Ambiental /SGI-QA, atividade que permitirá futura certificação nas normas NBR ISO 9001:2008; NBR ISO 14001:200, incluindo-se a OSHAS 18.001. A certificação está prevista para início de 2013.

2.0 Pós Desembolso

2.1 Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. As exigências das Licenças estão sendo atendidas dentro do prazo estabelecido nas Licenças Ambientais;

2.2 Apresentar cópia dos estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios EIA/RIMA ou Relatório Ambiental Simplificado-RAS) para cada Pequena Central Hidrelétrica-PCH;

Status: Não houve elaboração de novos estudos ambientais.

2.3 Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto;

Status: Não houve solicitação de revisão de qualquer exigência.

2.4 Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Não houve encaminhamento de ofício ao Órgão Ambiental.

2.5 Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto;

Status: Atendida.

2.6 Apresentar Relatório de Atividades do programa de aquisição de terras e benfeitorias, contendo informações detalhadas sobre as negociações com proprietários e não proprietários, custos e ações desenvolvidas;

Status: Atividade em desenvolvimento; as aquisições são necessárias na fase de Licença de Implantação (segunda licença ambiental).

2.7 Definir os termos e condições de execução dos programas de Compensação Ambiental previstos na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com os órgãos ambientais, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Todos os empreendimentos listado neste Relatório constam em fase de estudo básico e/ou em fase de Licença Previa.

2.8 Desenvolver e implementar um Sistema de Gestão Ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Todos os empreendimentos listado neste Relatório contam em fase de estudo básico e/ou em fase de Licença Previa. Contudo a Renova possui escopo básico do SGA elaborado pela Gerência de Planejamento e Controle Ambiental, o cronograma de 2011 foi cumprido integralmente, definindo-se um novo planejamento para 2012, que visa implantar o Sistema de Gestão Integrado da Qualidade Ambiental /SGI-QA, atividade que permitirá futura certificação nas normas NBR ISO 9001:2008; NBR ISO 14001:200, incluindo-se a OSHAS 18.001.

3.0 Relatórios de Monitoramento de EHS

3.1 Fase de Viabilidade das PCHs – Relatórios Trimestrais de andamento do licenciamento ambiental dos projetos, contendo estágio de evolução dos estudos ambientais, licenças, outorgas, e autorizações governamentais e audiência pública;

Status: Os empreendimentos que já possuem licenciamento ambiental são as PCHs Santa Clara Jusante e Juracitaba, na Bahia, que já obtiveram a Licença de Localização (equivalente à Licença Prévia – LP), e as PCHs Figueirinha II e B3, em Minas Gerais, que possuem Licença Prévia e Licença de Instalação (concedidas concomitantemente). Além destas, ressaltamos a concessão da Licença Prévia – LP para 12 PCHs no estado do Tocantins (Rio Balsas), a saber: PCHs São Silvestre, Santa Tereza, Cara, Carlita, Foz do Gameleira, Gameleira, Grotão, Samaron, Brejão, Caracol, Zacarias, D'anta. Atualmente nos encontramos em fase de elaboração dos programas ambientais estabelecidos como condicionantes de licenças para prosseguimento das etapas subsequentes ao licenciamento..

3.2 Fase de Construção das PCHs – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atividade ainda não iniciada. Após a obtenção das Licenças de Implantação serão elaborados cronogramas contemplando a execução dos programas do PBA.

3.3 Fase de Operação das PCHs – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada. Após a obtenção das Licenças de Implantação serão elaborados cronogramas contemplando a execução dos programas do PBA.

3.4 Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

III. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Desde o lançamento do Fundo e entrada em vigor do EMS, não houve impacto negativo significativo relacionado a assuntos socioambientais e nenhum tipo de inobservância às Exigências Ambientais do BID. Também não houve registro de comunicação escrita importante com qualquer autoridade relacionada a qualquer assunto socioambiental, ou reclamação ambiental significativa neste período.

O InfraBrasil se compromete a publicar em seu site os relatórios de monitoramento, e os Statement of Intention – SOI. No ano de 2010 e 2011 o Banco Santander Brasil passou por um processo de integração tecnológica, e o local de hospedagem do InfraBrasil está temporariamente indisponível, o motivo pelo qual não temos o link com o 8º, 9º, 10º e 11º Relatório de Conformidade Ambiental (ECR). O novo site da Mantiq está em construção, e o local de disponibilização deste conteúdo está em desenvolvimento.

IV. PLANOS DE AÇÃO CORRETIVA

No período contratado não houve necessidade de desenvolvimento de um Plano de Ação Corretiva para corrigir quaisquer não-conformidades ou deficiências descritas na seção acima.

V. INCIDENTES SIGNIFICATIVOS

Não houve nenhum incidente/acidente associado com as operações do INFRABRASIL que possam ter causado danos socioambientais, fatalidades ou lesões graves associadas ao INFRABRASIL.

VI. COMPROMISSOS NEGATIVOS

Não houve qualquer ação levada a cabo pela INFRABRASIL que resultou direta ou indiretamente em qualquer modificação do EMS.

VII. CONCLUSÕES DO PERÍODO

A dinâmica de tomada de decisão do InfraBrasil com o apoio e assessoria da equipe ambiental tem sido bastante eficiente e não tem gerado controvérsia durante as negociações com os

“sponsors” e ratificadas pelo Comitê. Não houve nenhum tipo de demanda de ONGs durante o período de “Disclosure”. A aplicação do EMS tem demonstrado ser um instrumento eficaz para tomada de decisão e gestão socioambiental do InfraBrasil.
